

Opiniãoanálise



rodrigomartini@grupoahora.net.br

RODRIGO MARTINI**PONTE DOS VALES****Construção da estrutura deve iniciar em maio**

O aguardado início das obras da “Ponte dos Vales” pode ocorrer em menos de 60 dias. Ao menos é a projeção do diretor do Daer, Luciano Faustino. Em entrevista ao Frente e Verso, ontem, ele tranquilizou a comunidade regional. Segundo o agente do estado, diversos serviços já foram realizados na área destinada à estruturação da travessia sobre o Rio Taquari. Projetos executivos, sondagem de solo e outros movimentos são exemplos. Mas, e Faustino conhece bem a região, o povo quer ver “a coisa andando”. E ele foi enfático ao anunciar que a movimentação de máquinas e servidores poderá iniciar até o fim do mês de maio. “Estamos dentro do prazo de entrega”, reafirma.

TIRO CURTO

- O governo de Lajeado encaminhou à câmara o projeto de lei para concessão de uma área no bairro Montanha à Associação Pró-Autismo de Lajeado (Azul como o Céu).
- O governo de Estrela realiza no dia 24 de abril a sessão pública para a aquisição de sementes, mudas e biomanta necessárias à revitalização do Parque da Lagoa. Os recursos são do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL).
- Também em Estrela, o vereador suplente Pedrinho Barth (PP) protocolou projeto de lei para criar o programa Bombeiro Mirim no município. O objetivo é treinar os estudantes para fomentar a cultura da defesa e da resiliência junto aos familiares, especialmente para enfrentar desastres climáticos.

ELEIÇÕES 2026**A principal ambição do PL é “derrotar a esquerda”**

A passagem de pré-candidatos do PL pelo Rio Grande do Sul – e também de outros agentes da direita nacional – deixou um recado claro aos eleitores. O Partido Liberal vai explorar outra vez a conhecida tática de se colocar contra tudo e contra todos que apoiam, simpatizam e/ou sustentam a esquerda, o PT e seus principais agentes políticos. Isso não significa que as pré-candidaturas de Luciano Zucco a governador do Rio Grande do Sul, e de Flávio Bolsonaro a presidente do Brasil, não apresentarão propostas, modelos econômicos e tudo

mais que os planos de governo costumam nos brindar em épocas de campanha. Tudo isso também será devidamente desenhado nos próximos meses, assim como o posicionamento dos pré-candidatos a deputado estadual e federal – como é o caso do vereador lajeadense, Luís Benoit (foto). Mas, já não há dúvidas acerca do tom do PL. A pauta é “derrotar a esquerda” em respeito à liberdade e à família. Em tempo, o movimento “Força Gaúcha”, um dos braços da campanha de Zucco no RS, desembarca no mês de junho em Lajeado.

DE OLHO NA ASSEMBLEIA**E como foi a eleição no Vale do Taquari em 2022?**

O Vale do Taquari não elege um deputado local desde o pleito de 2014. Naquele ano, Enio Bacci (ainda no PDT) foi eleito deputado estadual com 37.198 votos. No pleito seguinte, o resultado de 23.174 votos foi insuficiente para Bacci seguir no parlamento e, portanto, a nossa região deixou de contar com representação regional na assembleia legislativa em janeiro de 2019. Passamos pela pandemia, por duas catástrofes climáticas e uma ainda inconclusa concessão de rodovias estaduais sem um único representante na capital gaúcha. E o leitor mais distraído deve se perguntar: como isso é possível se o Vale possui cerca

de 300 mil eleitores? Pois é. Mas a matemática explica. Em outubro de 2022, a região contava com 16 postulantes a deputado estadual de 12 partidos diferentes. Algumas siglas apresentaram mais de um candidato, inclusive (o PP tinha Gláucia Schumacher, João Braun e Adroaldo Couto). E vejamos só. Os 16 candidatos (as) conquistaram, juntos, pouco menos de 150 mil votos. Ou seja, e contando com os votos de fora, eles só angariaram metade do montante de votos disponível na região. Mesmo assim, e dentro dos cálculos do quociente eleitoral, faltou pouco para as vitórias de Maneco Hassen (PT) e Douglas Sandri (Novo). Pouco, mesmo.

Amat homenageia Trojan

A Associação dos Municípios do Alto Taquari (Amat) realizou assembleia geral na sexta-feira, em Putinga. O encontro celebrou os 62 anos de emancipação do município anfitrião e serviu para o debate sobre Reforma Tributária nos municípios e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à proteção das mulheres, e contou com a presença de representantes do Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Cogemas), da CIC/VT e do ex-presidente da Famurs, Marcelo Arruda. Além das discussões, o encontro também serviu para a



realização de uma homenagem ao agora ex-prefeito de Muçum e pré-candidato a deputado estadual, Mateus Trojan (MDB),

que presidiu a AMAT em 2025. O próximo encontro da Amat é dia 20 de maio, em Doutor Ricardo.



Comentário: Rodrigo Martini; Apresentação: Fernando Weiss; Participação especial: Diogo Fedrizzi

Segunda a Sexta
das 8h10 às 10h



HENRIQUE PEDERSINI

Jornalista

Modelo da Décio Martins Costa nos bairros



Tão bonito que sequer justifica a identificação popular de “Valão”. A Avenida Décio Martins Costa é um espaço que deu certo em Lajeado. E, se há dúvida, basta circular pelas quadras esportivas no fim de tarde ou aos sábados e domingos. A fuga do trivial e a democrática escolha de investimentos em infraestrutura para esportes como basquete, skate, vôlei e até patinação caíram no gosto de moradores de Lajeado e,

inclusive, de outras cidades.

Com isso, até se compreendem as críticas contundentes e o tom irônico para questionar a aplicação de recursos públicos na área. Afinal, se o Centro comporta um espaço de tamanha funcionalidade, os bairros também merecem! E isso aplica-se também às localidades mais periféricas, onde sequer há praças ou um conglomerado de aparelhos públicos voltados a práticas de integração social e diversão.

É utópico exigir que cada canto de Lajeado disponha de 10 ou 12 quadras — não agora. Porém, o município pode e, até onde se sabe, planeja ampliar, em outros espaços de seu território, o modelo que transformou um lugar sujo, feio e problemático em referência central de convivência coletiva.

Cabe aos vereadores confirmar recursos solicitados para essa finalidade e indicar áreas ao governo. Certeza de que a proposta será bem-aceita.

Retomada da CPI



Lembram da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Câmara de Lajeado? Pois é, nesta semana ela “sai do fundo do congelador” e volta à ativa para, talvez, um encaminhamento. Com isso, Ramatis de Oliveira (PL) e Mozart Lopes (PP) podem assumir cadeiras na sessão desta terça-feira, no Legislativo. Escolhi o termo “podem” porque não havia certeza até a noite de ontem, especialmente na bancada progressista. Com relação a Ramatis, ele deve ocupar

a vaga de Mano Pereira, conforme acordo interno da sigla.

Para recordar, o relatório final não foi entregue após decisão judicial que travou o trâmite devido ao pedido da defesa do ex-secretário e vereador Fabiano Bergmann (PP), para ter acesso aos documentos. Falta entregar e votar o relatório. Isso em relação ao resumo oficial, pois o MDB pretende elaborar um arquivo paralelo, em que cita a prefeita Gláucia Schumacher.

Rapidinho:

- Antes assessor do vereador Luis Benoit (PL), Jardel XX é o novo assessor da Câmara de Vereadores de Lajeado. Indicação do Partido Liberal, assim como os dois anteriores.

- *Os prefeitos da Amat homenagearam o agora ex-prefeito de Muçum, Mateus Trojan, pela atuação na associação de municípios. Trojan deixou o cargo de chefe do Executivo de Muçum para concorrer a deputado estadual.*

- O sindicato que representa os servidores públicos de Lajeado deu prazo até 31 de agosto para que o município se adéque à lei federal e inclua os monitores no plano de carreira do magistério. As negociações avançaram pouco até agora.

- *Até que se defina o futuro da praça de pedágio de Encantado, a EGR poderia ampliar os guichês de livre passagem para quem possui “tag”. Problemas no sistema e uso indevido por motoristas que não dispõem do modelo têm criado filas, e a proposta é clara: SEM PARAR!*



MAURO HAUSCHILD

Advogado

ARTIGO

Quando o Poder Público transforma viaturas em celas

A crise do sistema prisional não autoriza o Poder Público a violar direitos fundamentais. Ainda assim, é exatamente isso que ocorre quando pessoas privadas de liberdade passam a ser mantidas dentro de viaturas policiais.

Não se trata de improviso aceitável. Trata-se de uma anomalia que se transforma em ilegalidade. A Constituição Federal é clara ao proibir tratamento desumano ou degradante e ao garantir a integridade física e moral das pessoas sob custódia do Estado. O STF no julgamento da ADPF 347, reconheceu que o sistema penitenciário brasileiro vive um Estado de Coisas Inconstitucional. Nesse sentido, forçoso reconhecer que viaturas são meios de transporte, não estruturas de detenção. Transformá-las em celas improvisadas é admitir, na prática, que o Poder Público abriu mão de cumprir a lei que ele próprio impõe.

As condições são incompatíveis com qualquer padrão mínimo de dignidade: ausência de higiene, ventilação precária, alimentação inadequada e restrição ao acesso à defesa. E aqui não estamos falando apenas das pessoas privadas de liberdade. Incluam-se, policiais penais, civis, militares e rodoviários. Os policiais não foram formados para administrar a custódia em veículos. Quando isso acontece, não estamos diante de esforço institucional. Estamos diante de uma falha estrutural. Falta planejamento, falta gestão, sobra improviso. Não há relativização possível aqui.

Há ainda um efeito colateral pouco discutido: o impacto sobre as famílias. Sem locais formais de custódia, perde-se o controle sobre onde essas pessoas estão, em que condições vivem e como podem acessar assistência jurídica. Isso não é detalhe. Isso é ruptura institucional.

O que se revela é mais do que uma crise administrativa. É uma crise de legitimidade. O Brasil insiste há décadas em uma política criminal baseada no encarceramento em massa. O resultado é previsível: superlotação, colapso e reincidência. A cada nova vaga, surgem novos presos. A cada novo presídio, o problema reaparece.

Essa lógica não resolve a violência. Apenas a administra. Sem qualquer evolução. O problema está em tratar a violência apenas no seu ponto final: a prisão. Ela começa antes: na desigualdade, na ausência de oportunidades e na falha das políticas públicas. Educação precária, desemprego e exclusão social alimentam esse ciclo.

Responder a isso apenas com mais prisões é enxugar gelo. Transformar viaturas em celas não fortalece a segurança pública. Escancara o fracasso de um modelo. Segurança real exige prevenção, inclusão e políticas consistentes. Sem isso, o sistema continuará produzindo mais violência do que resolve. E quando o Estado passa a violar a lei para manter a aparência de controle, perde algo essencial: legitimidade.



Não se trata de improviso aceitável. Trata-se de uma anomalia que se transforma em ilegalidade.”